

## **Os imigrantes alemães em Curitiba: Práticas políticas repressivas, alterações do cotidiano e personificação do Estado Novo no governo paranaense de Manoel Ribas**

Márcio José Pereira \*

**Resumo:** A presença da política no cotidiano e a ação de seus desdobramentos têm lugar reservado na história, dada à ênfase que a política tem no processo de emancipação do homem e de seus interesses. A repressão causada aos imigrantes alemães em Curitiba durante o decorrer da II Guerra Mundial possui como base as ações políticas executadas e estabelecidas durante o Estado Novo, no Paraná personificado no plano estadual do interventor Manoel Ribas. O presente trabalho procura apresentar possibilidades de entendimento das alterações de cotidiano ocorridas em Curitiba na década de 1940 em relação à presença do imigrante alemão no meio social, a partir de uma alteração visível no quadro político nacional, principalmente pós declaração de guerra ao Eixo em 1942.

**Palavras chaves:** Imigrantes, cotidiano e Curitiba

**Resumé:** La présence de la politique dans le quotidien et l'action de ses développements a une place reserve dans l'histoire, donnée à l'accentuation que la politique a dans le processus de l'émancipation de l'homme et de ses intérêts. La répression contre les immigrés allemands à Curitiba à l'époque de la Deuxième Guerre Mondiale est basée par des actions politiques exécutées et établies pendant le *Estado Novo* au Paraná a personnifié dans le plan de l'État du gouverneur Manoel Ribas. La recherche du travail a Le but de présenter des possibilités de comprendre les modifications du quotidien passées à Curitiba dans les années 1940 par rapport à la présence de l'immigré allemand dans le cadre social, à partir d'une modification visible dans la scène politique nationale, principalement La pos déclaration de la guerre à l'Axe en 1942.

**Mots-clé:** Immigrés, quotidien et Curitiba

As ações do cotidiano passaram a suscitar interesse à História, principalmente quando foram deslocados os antigos focos de análise tradicional, quando o político e o oficial perderam valor e uma abordagem alicerçada no econômico e na cultura obteve larga abrangência na escrita da História. Novas possibilidades foram colocadas a disposição dos historiadores, novas pesquisas foram iniciadas e paulatinamente iam surgindo novas hipóteses para a explicação da história como um todo.

Embora representasse uma renovação necessária à História enquanto ciência, em relação à escola dos Annales, concordamos com Pierre Rosanvallon quando o mesmo afirma que: “o deslocamento de método e do objeto que eles operaram marcou rapidamente os seus

---

\* Universidade Estadual de Maringá - Mestrando na linha de História Política e Movimentos Sociais – Orientador Prof. Dr. João Fábio Bertonha – Bolsista Fundação Araucária

limites” (1995:17). Consideramos a ideia que o problema não era com o objeto política e sim com o método de análise até então estabelecido.

Gostaríamos de ressaltar que a análise proposta por esse pequeno artigo procura embasar-se na idéia que “*a historia é a substância da sociedade*” (HELLER, 2008: 12), logo “[...] *a história é, entre outras coisas, história da explicitação da essência humana, mas sem identificar-se com esse processo.*” (HELLER, 2008: 13). Dar ênfase nas ações cotidianas, nada mais é que superar o processo de análise histórica que busca a explicação para grandes fatos e conseqüentemente a procura por ações que causaram grandes rupturas como que estava estabelecido anteriormente.

São as interações individuais realizadas nos espaços de disputas cotidianas que vão alterando as estruturas pré-estabelecidas. Para auxiliar na compreensão dessas disputas também poderemos contar com alguns aspectos teóricos-metodológicos propostos por Remond ao tratar da renovação História Política pós 1970, sendo os principais: o desdobramento da política no âmbito do cotidiano; e o político relacionado a diversas dimensões como o social, econômico e cultural.

Ao lidarmos com a prática repressiva aos imigrantes alemães em Curitiba durante o Estado Novo, procuramos justamente perceber como a política intervêm no dia-a-dia, como as medidas tomadas pelo governo de Ribas em Curitiba cria implicações nas relações sociais e econômicas da capital paranaense. Buscamos estabelecer relações e entender de maneira clara as seguintes questões: a) o projeto de nacionalização do Brasil; b) a manutenção da soberania nacional frente a presença do imigrante na política; c) alteração no quadro político mundial com a II Guerra Mundial; d) construção de um clima de beligerância para dissimular a situação política do próprio país (Ditadura).

Ao contrário do que muitos acreditam o projeto de nacionalização já vinha sendo pensado antes mesmo do Estado Novo, de acordo com Cancelli: “a vontade expressa pela política pós-30 era a da criação de um novo tipo de cidadão para a sociedade nacional” (1993: 24). Porém, para construir uma raça brasileira forte era preciso destituir a figura do “jeca”, do caipira e construir um novo sujeito pautado na disciplina do trabalho moderno, contando com a polícia e a prática da suspeição para possuir o controle total da sociedade.

A polícia passara a ser o principal órgão executivo do Estado Vargasista, tendo – ou procurando ter – total controle do espaço urbano, a reestruturação e centralização do serviço policial foi o início de profundas alterações no cotidiano dos brasileiros e imigrantes estrangeiros que aqui viviam.

É fato que logo no início do regime de Vargas o inimigo comum fora materializado na figura do comunista, mas iremos avançar para outro alvo da perseguição do regime de Getúlio Vargas que possui maior relevância nessa pesquisa, os imigrantes estrangeiros. Entender como o Estado conseguiu imprimir nas pessoas a figura do imigrante como agente subversivo e ao mesmo tempo manter relações diplomáticas com os países daqueles que eram vigiados e perseguidos.

Instituída em nome da unidade nacional, a campanha de nacionalização do Estado Novo, iniciada em 1937 com a pretensão de forçar a assimilação dos imigrantes, produziu a maior crise enfrentada por alemães e seus descendentes. O governo procurava homogeneizar a sociedade, porém acedemos com Heller no seguinte: “*A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e isso sobre vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e a significação ou importância de nossos tipos de atividade.* (HELLER, 2008: 32)

Partimos da idéia primária que embora esses imigrantes não estivessem perfeitamente assimilados, já faziam parte da sociedade e compunham boa parte da força de trabalho. Dessa forma contribuía com suas idéias, tecnologias e compunha o cenário social de muitas cidades brasileiras, em especial no nosso estudo de caso, a cidade de Curitiba, no Paraná.

Acordamos com Dietrich na seguinte afirmação em relação as praticas repressivas destinadas a estrangeiros: “*os alemães, ao lado de outros cidadãos estrangeiros, passaram a ser rotulados de “indesejáveis”, postura que expressa a valorização do “homem nacional”* (Dietrich, 2007: 76). O que ocasionou logo após a implantação do Estado Novo numa busca incessante para dar continuidade as tentativas nada bem sucedidas de 1907 e 1913 de expulsar os estrangeiros do país.

De forma que, segundo Cancelli (1993: 132), a 5ª Região Militar (Paraná e Santa Catarina) levou ao presidente em dezembro de 1937 um relatório completo sobre a necessidade de uma espécie de guerra interna contra os imigrantes, que nada mais era do que a proposta formal para a campanha de nacionalização que tomaria o país no ano posterior. De acordo com Seyferth (1997: 100) - o Exército assumiu a tarefa de construtor da nacionalidade, conjecturando que os intelectuais republicanos não deram devida atenção aos valores morais constitutivos da nação. Nacionalizar, portanto, é tarefa de educação moral e cívica, um desígnio dos doutrinadores que estabeleceram as premissas ideológicas da ação do Estado.

Através do Decreto-Lei nº 37 e do Decreto 383, datado de 18 de abril de 1938, o governo coloca fim nas atividades da AIB, que significava um problema considerável ao Estado Novo. Seitenfus (2003: 83) aponta duplo sucesso na ação tomada, pois elimina uma

temível oposição e ainda diminui as apreensões norte americanas em relação a uma guinada brasileira junto aos estados totalitários do Eixo.

A Lei da Nacionalização, embasada no Decreto Federal nº 406, datado de 04 de maio de 1938, através do Decreto-Lei nº 868, exigia que todos os professores fossem naturais do Brasil, exigia que todo o ensino fosse ministrado em língua portuguesa e proibia a circulação de qualquer material em idioma estrangeiro, obrigando os colonos a adaptarem ao idioma nacional de maneira intransigente.

Da mesma forma que não houve uma seleção e preparação para receber esses imigrantes, ocorreu muito menos preocupação em relação ao processo de assimilação e educação. De forma coercitiva foram declaradas proibidas as falas que não eram em português, ocasionando grande desavença entre os imigrantes aqui instalados e o governo, principalmente ao Departamento de Relações Exteriores que empenhava muito tempo em dar satisfações aos outros consulados, principalmente ao da Alemanha, na pessoa de Karl Ritter , que mantinha contatos e contratos permanentes com o Brasil.

Ainda foi determinada uma política de cotas para entradas de estrangeiros no Brasil, através do Decreto-Lei nº 639<sup>1</sup> que irá permitir apenas uma media de 2% do número total de imigrados de cada país no período de 1884 – 1933, embora seja uma margem muito pequena, acabou prejudicando os países que tiveram maior fluxo migratório antes de 1880 como a Alemanha em detrimento a Italia e Japão que possuíam fluxos de entrada posteriores a 1900.

Cabe destacar – embora seja um tema que mereça maior amplitude analítica – a questão da manutenção da soberania nacional, afinal é necessário entender que as ações alemãs no Brasil, principalmente a manutenção de um partido político e a propagação intensa das idéias nazistas, contribuíram para fossem tomadas decisões arbitrárias. Perazzo (2002: 62) destaca que de acordo com uma estimativa da AO<sup>2</sup> havia no Brasil cerca de dois mil e novecentos membros filiados ao NSDAP, se consideramos que haviam aproximadamente cem mil alemães radicados no país, poder-se-ia considerar um número de baixa adesão entre os imigrantes, mas tomando como partida a idéia de tratar-se de um partido político que seguia diretrizes oriundas de outro país, com aparente intuito imperialista. É totalmente justificável o governo brasileiro acreditar que este número é demasiado e montar estratégias para prevenir qualquer tipo de sublevação por parte destes.

---

<sup>1</sup> BRASIL. Decreto-Lei n. 639, de 20 de agosto de 1938, disponível no Diário Oficial de 22/08/1938. Define cotas para entrada de estrangeiros no país.

<sup>2</sup> *Auslandsorganization der nazi Partei* (Organização do Partido Nazista para o Exterior)

É evidente que a ideia de que todos os alemães poderiam engrossar as fileiras do exército germânico e tomar o país e transformá-lo em uma extensão territorial do Reich ou a ideia de que os argentinos aliados aos alemães tomariam as fronteiras facilitando a entrada maciça do exército alemão no Brasil e posteriormente em toda América do Sul, parece a grosso modo um tanto exagerada. Porém, havia condições que permeavam essas idéias, Seitenfus (2003: 160) nos dá uma mostra ao retratar a correspondência consular entre Galeazzo Ciano e Aranha, quando o italiano alega concordar com as iniciativas brasileiras frente aos alemães já que “*a propaganda que os alemães fazem entre emigrados é de natureza a inquietar seriamente o governo do Rio.*” (2003:160)

A propaganda ideológica, a criação de clubes que reforçavam o elemento alemão, espionagem, planos de sublevação, entre outras ingerências efetuadas pelos alemães contribuíram para que o Projeto de Nacionalização tomasse maior importância no governo, mas foi efetivamente a adesão do país na Segunda Guerra Mundial ao lado dos EUA que tornou o alemão um elemento indesejável na sociedade brasileira. O torpedeamento dos navios mercantes brasileiros, as constantes investidas diplomáticas e o exagero discursivo do governo em relação aos perigos da guerra aproximaram a população do confronto mundial e despertou na mesma a “lógica da desconfiança” em relação ao elemento eixista.

O Brasil procurou manter-se neutro ao conflito bélico mundial através de um posicionamento político “pendular”, ora flertava com os EUA e os Aliados, ora negociava apoio militar e financeiro alemão. Não se atendo as movimentações políticas do país enquanto manteve-se neutro (1939-1941), gostaríamos a partir desse ponto ressaltar como a adesão do país aos Aliados na Segunda Guerra Mundial mudou o cotidiano dos brasileiros e como a capital do Paraná – Curitiba – através da interventoria de Manoel Ribas deu vazão as ideias e desígnios de Vargas e seus Aliados.

Manoel Ribas era para Vargas como um “braço seu” no Paraná, homem de confiança do governo, foi posto a frente do Paraná para promover o crescimento do Estado e para auxiliar a imprimir na população paranaense as ideologias do Estado Novo, fossem elas pelos discursos inflamados do interventor ou mesmo pela força e pelo medo.

Athides (2007: 141) destaca que Ribas foi contraditório em relação aos sujeitos de nacionalidade alemã, quando num primeiro momento o interventor agrega valor aos tripulantes e passageiros do dirigível Hindenburg ou quando não questiona o fato do seu retrato estar afixado na parede da *Deutsche Schule*, ao lado de Getúlio e de Hitler.

Zucon (1997:105) alega que a desconfiança passou a fazer parte do cotidiano dos nacionais, contra qualquer elemento que tivesse descendência vinculada ao Eixo, mesmo que

estes não estivessem vinculados ao NSDAP ou cultivassem sentimentos contra o país. Os curitibanos – bem como toda população brasileira – ficaram aterrorizados frente a possibilidade da extensão da guerra para o Brasil, principalmente depois dos ocorridos com os navios mercantes brasileiros. É certo que houve por parte do governo uma grande participação na construção desses medos coletivos. Foram criados órgãos para auxiliar a campanha da guerra como a Liga de Defesa Nacional, executados manobras de “break-out”, pelo Serviço de Defesa Antiaérea, a Cruz Vermelha instalou uma sede na capital, entre outras atividades promovidas para fixar na mente da população que corriam perigo, mas que se agissem de acordo com as determinações do governo tudo acabaria bem.

Esse modo de incutir o medo na população através de alterações significativas no seu dia-a-dia servia para manter as pessoas preocupadas com outras questões e não observarem as movimentações políticas do governo. Em Curitiba o racionamento de alimentos como farinha de trigo e açúcar alterou os hábitos alimentares de boa parte da população, o pão branco fora substituído pela broa de milho ou pelo “pão de guerra”, feito com uma farinha preta de cevada e centeio.

De acordo com Boschilia (1995:35) para se conseguir um quilo de açúcar era preciso passar horas nas filas dos postos de distribuição, bem como para conseguir comprar pão tiveram que alterar os horários habituais e seguirem nas filas ainda de madrugada, sendo ainda reservada uma cota de pães por pessoa.

Os imigrantes alemães buscavam soluções entre si para a escassez, pois além de ter que enfrentar a falta de produtos nas prateleiras, precisavam driblar os preconceitos para conseguir os mantimentos, já que muitos comerciantes brasileiros negavam-se a vender-lhes os itens de subsistência, procuravam estabelecimentos de propriedade de alemães ou obtinham os alimentos através de partes da família em estados como Santa Catarina. Outra opção para eles – e para os brasileiros também – era procurar no “câmbio negro”, pagando altos preços para conseguir os produtos desejados, havia os riscos com a polícia, mas em muitos casos era a única opção.

Os combustíveis também sofreram racionamento, a aquisição de combustíveis deveria ser adquirida de maneira controlada, haviam cotas em Curitiba para os serviços municipais e para os transportes coletivos, que tiveram que suprimir cerca de 30% das linhas, já que não havia combustível para mante-las. Uma forma de não prejudicar a população em demasia foi a instalação de bondes elétricos onde era possível, mas ainda assim modificou a forma de muitos curitibanos irem trabalhar.

O gasogênio foi tomado como principal solução para substituir os derivados de petróleo, não era nada prático e exigia maior demanda de tempo para acender o carvão que daria combustão aos motores. Em alguns veículos era dificultosa a adaptação, como é o caso das ambulâncias, através do ofício 158/44 do Departamento Medico Legal, em 12/07/1944, o diretor do mesmo Dr. Alô Guimarães comunica o delegado do DOPS que devido o racionamento de gasolina e as difíceis condições de adaptação das ambulâncias, o Posto de Assistência Pública passara a atender somente os casos de ordem médica policial.<sup>3</sup>

Interessante ressaltar a grande quantidade de formulários que foram criados para a aquisição de produtos racionados, Manoel Ribas em 08/11/1943 decretou através da Comissão de Abastecimento do Estado do Paraná<sup>4</sup> que todo tipo de exportação de açúcar e sal do estado do Paraná estavam proibidos até segunda ordem, e que para seu devido controle fossem criados um sortimento de formulários e documentos de controle, tais quais: “Guia de liberação de açúcar/sal”, “Guia de desembaraço de açúcar/sal” e “Registro de liberação”. Dessa forma além de sofrer com a falta de produtos de primeira necessidade os curitibanos sofriam também com a burocracia criada pelo CAEP.

A censura postal<sup>5</sup> também foi um grande entrave, principalmente para os imigrantes, que tinham suas correspondências abertas e vistoriadas, as cartas eram avaliadas por fiscais do Correio e em caso de possuírem conteúdos perniciosos eram encaminhadas a DOPS. Em nota reservada a Superintendência de Segurança Política e Social – SS 40879 - em 16/10/1944, o delegado do DOPS de SP (Eduardo Tavares Carmo) avisa o delegado da mesma entidade paranaense (Alfredo Pinheiro Jr) que haviam interceptado a correspondência de Elizabeth Hoffman, a carta tinha como destino a Irma Superiora do Colégio da Divina Providência e tratava-se da obtenção de abrigo para um indivíduo não identificado.

Infelizmente os arquivos oriundos do DOPS que restaram e foram disponibilizados no Arquivo Público do Estado do Paraná, não nos permite dar um desfecho a esse e a muitos outros casos. Porém servem para evidenciar que ocorreram ações repressivas e que estas alteraram a ordem cotidiana tanto dos brasileiros quanto dos imigrantes estabelecidos em Curitiba e em todo Estado do Paraná. As fontes policiais, juntamente com os jornais de época e fontes documentais vindas de acervos pessoais – como fotos, cartas, panfletos – auxiliam na reconstrução do cotidiano de Curitiba e de como a guerra que soava muito além das fronteiras foi sentida pela população.

---

<sup>3</sup> Hospitais – Dossiê 1097 – Top. 132.

<sup>4</sup> Coordenação Mobilização Econômica - Dossiê 385 – Top. 44 (DOPS)

<sup>5</sup> Censura Postal - Dossiê 183 – Top. 21(DOPS)

A personificação do Estado Novo na figura de Ribas se faz presente nos decretos, nas proibições, na caça ao elemento estrangeiro, que outrora fora solução para o desenvolvimento das cidades. A crença cega nesses discursos de nacionalização tornou o cidadão curitibano preocupado, desconfiado e temeroso, despertando no mesmo sentimentos que levaram muitos a cometer atos criminosos contra estabelecimentos e casas de imigrantes que eram julgados subversivos. O discurso do medo plantado no dia-a-dia tornou as relações coletivas intrincadas, bem como não permitiu que nenhum indivíduo passasse incólume as dificuldades trazidas pelo envolvimento no conflito mundial.

Por fim, concordamos com Heller (2008:56) ao relatar que as formas necessárias da estrutura e do pensamento da vida cotidiana não devem cristalizar-se em absolutos, mas sim permitir ao indivíduo uma margem de movimento e de possibilidades de explicitação. Dessa forma, acreditamos que as implicações do político no cotidiano tiveram total influência nos fatos ocorridos e que embora tenha sido exagerada a repressão aos imigrantes em Curitiba, serviu para trazer à tona o sentimento de redemocratização de um país que lutava contra regimes autoritários, embora não passasse de um governo ditatorial.

## **Bibliografia**

- ATHAIDES, Rafael. *Zu Studienzwecken in Paraná: a ação do Círculo Paranaense do Partido Nazista (1933-1942)*. Maringá: EDUEM, 2008. Prelo.
- BOSCHILIA, Roseli. *O cotidiano de Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial*. In: Boletim Informativo da Casa Romário Martins (1995). Curitiba, Fundação Cultural de Curitiba, 23 (107).
- CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993
- DIETRICH, Ana Maria. *A caça às suásticas*. O partido nazista em São Paulo sobre a mira da polícia política. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.
- HELLER, Agnes. *Cotidiano e História*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- PERAZZO, Priscila. *Prisioneiros de Guerra: os cidadãos do Eixo nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)*. 2002. 454 p. Tese de Doutorado (Doutorado em História) –Universidade de São Paulo, São Paulo
- RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história conceitual do político*. Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH/Editora Contexto, v.15, n.30, p.9-22. 1995.
- SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à Guerra: o processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Editora Manole 2003.
- SEYFERTH, Giralda. *A assimilação do imigrante como questão nacional*. Revista Mana, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131997000100004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131997000100004&script=sci_arttext). Acesso em 01 ago 2007.
- ZUCON, Otávio. *Comunidade Cindida: dissensão e conflito em Curitiba na II Guerra*. Curitiba, Revista de Sociologia e Política, nº 9, 1997. pp. 103-114.